

Demonstrações Financeiras

Companhia de Transmissão Centroeste de Minas S.A.

31 de dezembro de 2021
com Relatório do Auditor Independente

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021	1
BALANÇOS PATRIMONIAIS	3
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	5
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES	6
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	8
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	9
1. CONTEXTO OPERACIONAL	9
2. BASE DE PREPARAÇÃO	10
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	14
4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	15
5. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS	15
6. DEPÓSITOS JUDICIAIS	16
7. ATIVO CONTRATUAL	16
8. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL	16
9. ENCARGOS REGULATÓRIOS	17
10. TRIBUTOS	18
11. PROVISÕES PARA RISCOS	18
12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18
13. RECEITA	20
14. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	21
15. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	21
16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	22
17. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	23
18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	24
PARECER DO CONSELHO FISCAL	28
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	29

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021

Senhores Acionistas,

A Companhia de Transmissão Centroeste de Minas S.A. (“Companhia”) submete à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras e o relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital social subscrito e integralizado era de R\$28.000 mil, representado por 28.000.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig Geração e Transmissão S.A. – Cemig GT em 31 de dezembro de 2021, e da Companhia Energética de Minas Gerais S.A – Cemig em 31 de dezembro de 2020.

DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

Resultado do exercício

A Companhia obteve um resultado de R\$29.223 mil em 2021, em comparação a R\$28.485 mil em 2020, não apresentando variação significativa. O resultado da Companhia é composto, principalmente, pela receita de operação e manutenção da linha de transmissão Furnas – Pimenta.

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida foi de R\$31.831 mil em 2021, em comparação a R\$31.383 mil em 2020, não apresentando variação significativa. Desse montante, R\$31.730 mil é relativo à remuneração do ativo contratual antes da dedução à receita operacional (R\$31.450 mil em 2020).

Deduções da receita operacional

As deduções da receita operacional totalizaram R\$2.315 mil em 2021, comparados a R\$2.161 mil em 2020.

Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$2.183 mil em 2021, em comparação a R\$967 mil negativos em 2020. A variação se justifica pela reversão de provisões operacionais no valor de R\$3.130 mil em 2020.

Resultado financeiro

O resultado financeiro em 2021 correspondeu a uma receita financeira líquida de R\$926 mil, comparado a uma despesa financeira líquida de R\$1.408 mil em 2020. Em agosto de 2020, a Companhia realizou o pré-pagamento da dívida que possuía junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Por essa razão, não houve despesa financeira relativa a empréstimos e financiamentos em 2021.

Imposto de renda e contribuição social

Em 2021, a Companhia apurou despesas no montante de R\$1.351 mil de imposto de renda e contribuição social. Comparativamente ao mesmo período em 2020, a Companhia apurou despesas no montante de R\$2.457 mil.

Lucro antes dos juros, tributos, depreciação e amortização - LAJIDA

O LAJIDA é utilizado pela Administração como medida de eficiência da atividade operacional e representa a capacidade potencial de geração de caixa da Companhia através de suas atividades operacionais.

R\$ mil	2021	2020	Var. %
Lucro líquido	29.223	28.485	2,59
Despesa de IR e CS	1.351	2.457	(45,01)
Amortização	3	4	(25,00)
Resultado financeiro	(926)	1.408	(165,77)
LAJIDA	29.651	32.354	(7,99)

LAJIDA é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Demonstrações Financeiras observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a ser realizada em 2022, que, ao resultado do exercício de 2021, no montante de R\$29.223 mil, seja dada a seguinte destinação:

- R\$84 mil para constituição de reserva legal;
- R\$8.781 mil para constituição de reserva especial;
- R\$14.570 mil para pagamento de dividendos obrigatórios; e,
- R\$5.788 mil para pagamento de dividendos adicionais propostos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Companhia manifesta seu agradecimento aos seus acionistas controladores pela confiança e apoio recebido durante o ano. Estende, também, os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais e municipais.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de Reais)

ATIVO

	Nota	2021	2020
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	489	1.632
Títulos e valores mobiliários	4	9.046	4.839
Concessionárias e permissionárias	5	2.426	1.845
Tributos compensáveis		64	46
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		275	-
Ativo contratual	7	26.678	21.030
Outros créditos		532	386
TOTAL DO CIRCULANTE		39.510	29.778
NÃO CIRCULANTE			
Títulos e valores mobiliários	4	1.861	1.088
Concessionárias e permissionárias	5	-	69
Depósitos judiciais	6	389	389
Tributos diferidos		11	-
Ativo contratual	7	89.203	84.640
Imobilizado		199	199
Direito de uso	8	79	74
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		91.742	86.459
ATIVO TOTAL		131.252	116.237

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de Reais)

PASSIVO

	Nota	2021	2020
CIRCULANTE			
Fornecedores		95	348
Tributos a recolher	10	1.328	960
Encargos regulatórios	9	534	867
Dividendos a pagar	12	14.570	11.039
Partes relacionadas	17	170	-
Passivo de arrendamentos	8	10	9
TOTAL DO CIRCULANTE		16.707	13.223
NÃO CIRCULANTE			
Fornecedores		20	-
Tributos diferidos	10	3.287	3.089
Imposto de renda e contribuição social	10	3.657	2.965
Passivo de arrendamentos	8	73	67
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		7.037	6.121
TOTAL DO PASSIVO		23.744	19.344
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12		
Capital social		28.000	28.000
Reservas de lucros		79.508	68.893
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		107.508	96.893
PASSIVO TOTAL		131.252	116.237

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de Reais, exceto o prejuízo básico e diluído por ação)

	Nota	2021	2020
RECEITA LÍQUIDA	13	31.831	31.383
CUSTOS OPERACIONAIS	14		
CUSTOS DE OPERAÇÃO			
Serviços de terceiros		(1.479)	(1.165)
Compartilhamento de infraestrutura		(252)	(224)
Provisões		-	3.130
Materiais		(39)	-
Outros custos		(13)	-
		(1.783)	1.741
LUCRO BRUTO		30.048	33.124
DESPESAS OPERACIONAIS	14		
Serviços de terceiros		(131)	(699)
Outras despesas gerais		(269)	(75)
		(400)	(774)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		29.648	32.350
Receitas financeiras	15	951	698
Despesas financeiras	15	(25)	(2.106)
		926	(1.408)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		30.574	30.942
Imposto de renda e contribuição social correntes	16	(961)	(2.004)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	(390)	(453)
RESULTADO DO EXERCÍCIO		29.223	28.485
Resultado básico e diluído por ação – R\$		1,04	1,02

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de Reais)

	2021	2020
RESULTADO DO EXERCÍCIO	29.223	28.485
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	29.223	28.485

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de Reais, exceto dividendos por lote de mil ações)

	Capital social	Reservas de lucros			Lucros (prejuízos) acumulados	Total
		Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Reserva de lucros - CPC 47		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	28.000	4.354	13.420	46.210	(5.246)	86.738
Aprovação de dividendos adicionais propostos (R\$0,2604 por ação)	-	-	(7.291)	-	-	(7.291)
Resultado do exercício	-	-	-	-	28.485	28.485
Destinação do resultado proposta à AGO:						
Reserva legal	-	1.162	-	-	(1.162)	-
Dividendos obrigatórios (R\$0,3943 por ação)	-	-	-	-	(11.039)	(11.039)
Reserva de retenção de lucros	-	-	5.872	-	(5.872)	-
Reserva de lucros a realizar	-	-	1.128	-	(1.128)	-
Dividendos adicionais propostos (R\$0,1442 por ação)	-	-	4.038	-	(4.038)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	28.000	5.516	17.167	46.210	-	96.893
Aprovação de dividendos adicionais propostos (R\$0,1442 por ação)	-	-	(4.038)	-	-	(4.038)
Resultado do exercício	-	-	-	-	29.223	29.223
Destinação do resultado proposta à AGO:						
Reserva legal	-	84	-	-	(84)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	22.684	-	(22.684)	-
Reserva de lucros a realizar - Reversão	-	-	(1.128)	(12.775)	13.903	-
Dividendos obrigatórios (R\$0,5225 por ação)	-	-	-	-	(14.570)	(14.570)
Dividendos adicionais propostos (R\$0,2067 por ação)	-	-	5.788	-	(5.788)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	28.000	5.600	40.473	33.435	-	107.508

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de Reais)

	2021	2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do exercício	29.223	28.485
Ajustes por:		
Amortização do direito de uso	3	4
Imposto de renda e contribuição social diferidos	390	453
PIS/Pasep e Cofins diferidos	(373)	(522)
Juros passivo de arrendamento	10	8
Provisões operacionais	-	(3.130)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	1.645
Atualização monetária ativo contratual	(31.730)	(31.450)
	(2.477)	(4.507)
(Aumento) Redução de ativos		
Concessionárias e permissionárias	(512)	(190)
Tributos compensáveis	(293)	(6)
Ativo contratual	21.519	17.136
Outros créditos	(154)	(398)
	20.560	16.542
(Redução) Aumento de passivos		
Fornecedores	(233)	299
Impostos, taxas e contribuições	939	898
Imposto de renda e contribuição social	928	1.539
Encargos regulatórios	(333)	259
Partes relacionadas	170	-
Outras obrigações	8	71
	1.479	3.066
Caixa gerado pelas atividades operacionais	19.562	15.101
Imposto renda e contribuição social pagos	(637)	(1.840)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	18.925	13.261
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Em títulos e valores mobiliários	(4.980)	(5.927)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(4.980)	(5.927)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Dividendos pagos	(15.077)	(20.712)
Amortização de empréstimos e financiamentos	-	(12.092)
Arrendamentos pagos	(11)	(8)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(15.088)	(32.812)
VARIAÇÃO LÍQUIDA NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(1.143)	(25.478)
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 3)	1.632	27.110
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício (Nota 3)	489	1.632
	(1.143)	(25.478)

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Transmissão Centroeste De Minas S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado e autorizado, tendo como acionista a Cemig Geração e Transmissão – Cemig GT, constituída com o objetivo de: construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado – LT Furnas – Pimenta II, 345KV, nos termos do Contrato de Concessão firmado com a União Federal em 04 de março de 2005, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Em 18 de março de 2010, a Companhia obteve do Governo do Estado de Minas Gerais – Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD, Licença de Operação – LO nº02/2010, válida até 17 de março de 2014, para atividade da linha de transmissão de energia elétrica em 345 KV Furnas – Pimenta II. Em 16 de dezembro de 2013 foram entregues à SEMAD a documentação necessária ao processo de renovação da LO. Com a promulgação da Deliberação Normativa COPAM Nº217, de 2017, a atividade deste empreendimento passou a ser não passível de renovação de LO e, por este motivo, seu processo de renovação junto à SEMAD foi arquivado. O empreendimento ainda deve cumprir todas as 11 (onze) condicionantes ambientais impostas pela LO nº02/2010, até que o órgão licenciador oficialize parecer quanto ao cumprimento e encerramento das mesmas.

A Companhia iniciou as suas atividades operacionais em abril de 2010.

Em 13 de janeiro de 2020, a acionista Cemig concluiu a aquisição da participação societária detida pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás na Centroeste, correspondente a 49% do capital social, passando a ser titular, assim, da totalidade das ações. A aquisição, que resultou na obtenção do controle da Centroeste pela Cemig é resultado do exercício do direito de preferência na aquisição detido pela Cemig da participação societária objeto do Leilão Eletrobrás 01/2018, Lote P, realizado em 27 de setembro de 2018, homologado em 15 de janeiro de 2019.

a) Covid-19

Contexto geral

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou como pandemia a situação de disseminação do Covid-19, reforçando as recomendações de medidas restritivas como estratégia de combate ao vírus, em nível mundial. Essas medidas, consubstanciadas, principalmente, no distanciamento social, impactaram negativamente muitas entidades, afetando seus processos de produção, interrompendo suas cadeias de suprimentos, causando escassez de mão-de-obra e fechamento de lojas e instalações. As economias mundiais vêm se esforçando no desenvolvimento de medidas para enfretamento e redução dos efeitos da crise econômica causada pela pandemia, especialmente por meio de seus bancos centrais e autoridades fiscais.

Medidas implementadas

A Companhia segue as mesmas diretrizes de sua controladora, que criou, em 23 de março de 2020, o Comitê Diretor de Gestão da Crise do Coronavírus, com o objetivo de garantir maior agilidade na tomada de decisões, tendo em vista a rápida evolução do cenário, que tem se tornado mais abrangente, complexo e sistêmico.

Em linha com as recomendações para manutenção do distanciamento social, a Companhia implementou um plano de contingência operacional e uma série de medidas preventivas para manter a saúde e segurança da sua força de trabalho, incluindo: realização diária de contato “in loco” com as equipes em serviço por técnicos de Segurança e de Enfermagem, integração diária com o serviço social das contratadas para monitoramento da evolução de casos suspeitos, alteração e escalonamento de horários para reduzir aglomerações, restrição a viagens nacionais e internacionais, uso de meios remotos de comunicação, adoção de home-office para uma parcela relevante dos empregados, distribuição de máscaras para os colaboradores que estão em atividades em suas instalações ou em atendimento externo e exigência do mesmo procedimento para as empresas contratadas.

Para mitigação dos impactos da crise econômica, a Companhia foi diligente no sentido de proteger a sua liquidez e implementou as seguintes medidas, entre outras:

- contingenciamento de investimentos e redução de despesas;
- negociação de contratos.

Os impactos da pandemia Covid-19 divulgados nessas Demonstrações Financeiras foram baseados nas melhores estimativas da Companhia, não tendo sido observados impactos significativos da pandemia na situação patrimonial da Companhia em 2021.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”) que compreendem: a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 28 de abril de 2022, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

2.2 Bases de mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 7 – Ativo contratual;
- Nota 11 – Provisões para riscos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.5 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021

A Companhia avaliou a aplicação pela primeira vez da alteração ao CPC 06 (R2), em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2021 ou após esta data, que restringe a aplicação do expediente prático referente à opção por não avaliar se um benefício concedido em razão da pandemia Covid-19 é uma modificação de contrato às situações em que determinadas condições são satisfeitas.

Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia.

2.6 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitiu a Revisão nº 19/2021, em 25 de outubro de 2021, estabelecendo alterações nos pronunciamentos CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, CPC 48 – Instrumentos Financeiros, CPC 29 – Ativo Biológico, CPC 27 – Ativo Imobilizado, CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios, em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias 2018-2020.

As principais alterações dessa revisão estão descritas a seguir:

CPC 27 – Ativo imobilizado – Receitas anteriores ao uso pretendido pela Administração: Proíbe as entidades de deduzirem do custo do bem do ativo imobilizado quaisquer receitas advindas da venda de itens produzidos enquanto o ativo é estabelecido no local e condição necessária para ser capaz de funcionar na forma pretendida pela administração. Essas receitas e custos associados devem ser reconhecidos diretamente no resultado. A revisão se aplica aos períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2022 e deve ser aplicada retrospectivamente aos bens do ativo imobilizado que se tornaram disponíveis para uso a partir do período anterior mais antigo apresentado. A Companhia não espera impactos materiais advindos dessa revisão.

CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Contratos onerosos: A alteração especifica quais custos a entidade precisa incluir quando avalia se um contrato é oneroso. A alteração aplica uma “abordagem de custo relacionado diretamente”, sendo que o custo que se relaciona diretamente com um contrato para fornecer mercadorias ou serviços inclui custos incrementais e uma alocação de custos diretamente relacionado às atividades do contrato. Custos gerais e administrativos não se relacionam diretamente com um contrato e são excluídos a menos que sejam explicitamente cobrados da contraparte nos termos do contrato. A revisão se aplica aos períodos anuais que se iniciam a partir de 1º de janeiro de 2022 e se aplica prospectivamente. A Companhia não espera impactos materiais advindos dessa revisão, que será aplicada aos contratos cujas obrigações não estiverem totalmente cumpridas no início do período anual em que forem inicialmente adotadas.

CPC 48 – Instrumentos financeiros – Efeitos das comissões e taxas no Teste “de 10%” para desreconhecimento de passivos financeiros: As alterações esclarecem as taxas que devem ser consideradas na avaliação de quando os termos de um passivo financeiro novo ou modificado são substancialmente diferentes dos termos originais. Essas taxas incluem somente aquelas pagas ou recebidas pelo credor e devedor, incluindo aquelas pagas ou recebidas em nome do outro. A revisão se aplica aos períodos anuais que se iniciam a partir de 1º de janeiro de 2022, prospectivamente. A Companhia aplicará as alterações aos passivos financeiros que forem modificados ou trocados a partir do início do período anual em que a alteração for aplicada pela primeira vez. A Companhia não espera impactos materiais advindos dessa revisão.

2.7 Principais práticas contábeis

As políticas contábeis referentes às atuais operações da Companhia que implicam em julgamento e utilização de critérios específicos de avaliação são como segue:

a) Concessionárias e permissionárias

As contas a receber de concessionárias e permissionárias são registradas inicialmente pelo valor da energia fornecida, faturado e não faturado, e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado.

b) Redução ao valor recuperável

Ao avaliar a perda de valor recuperável de ativos financeiros, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Adicionalmente, a Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

c) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.

A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

Um passivo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias tributáveis referentes a receitas financeiras tributadas pelo regime de caixa.

d) Receita operacional

De forma geral, as receitas são reconhecidas quando existem evidências convincentes de acordos ou quando os serviços são prestados, os preços são fixados ou determináveis, e o recebimento é razoavelmente assegurado, independente do efetivo recebimento do dinheiro.

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício e, portanto, inclui o fornecimento de energia realizado. A receita de venda inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização.

As receitas de concessões de transmissão, são reconhecidas no resultado mensalmente e representadas, basicamente, por:

- Receita de operação e manutenção decorrente dos custos incorridos e necessários para cumprir obrigações de performance de operação e manutenção previstas em contrato de concessão, após o término da fase de construção;
- Receita de remuneração sobre o ativo de contrato reconhecido, decorrente da variação do valor presente dos fluxos de caixa futuros da Receita Anual Permitida – RAP, líquida da receita de operação e manutenção.

e) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras referem-se, principalmente, a receita de aplicação financeira. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras referem-se, basicamente, aos juros sobre empréstimos e financiamentos.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2021	2020
Contas bancárias	60	560
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	-	1.072
Overnight	429	-
Total	489	1.632

Os Certificados de Depósito Bancário – CDB eram remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário – CDI divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP, que variava entre 99% em 31 de dezembro de 2020.

As operações de overnight consistem em aplicações com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada que varia entre 8,87% e 9,14% em 31 de dezembro de 2021.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2021	2020
Circulante		
Certificados de Depósitos Bancários - CDBs	530	786
Letras Financeiras Bancos - LFs	7.471	2.990
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs	940	1.054
Debêntures	105	9
	9.046	4.839
Não circulante		
Letras Financeiras Bancos - LFs	1.835	1.052
Debêntures	26	36
	1.861	1.088
	10.907	5.927

Os Certificados de Depósito Bancário – CDB pré ou pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As CDBs que compõem a carteira da Companhia possuem taxa de remuneração de 107,24% do CDI em 31 de dezembro de 2021 (entre 106% e 110% do CDI em 31 de dezembro de 2020).

As Letras Financeiras – Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As LFs que compõem a carteira da Companhia possuem taxa de remuneração que variam entre 105% e 130% do CDI em 31 de dezembro de 2021 (entre 99,5% e 130% do CDI em 31 de dezembro de 2020).

As Letras Financeiras do Tesouro (LFT) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa SELIC diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título.

Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem a seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures que compõem a carteira da Companhia possuem taxa de remuneração que variam entre Taxa Referencial (TR) + 1% e 109% do CDI em 31 de dezembro de 2021 (entre Taxa Referencial (TR) + 1% e 109% do CDI em 31 de dezembro de 2020).

5. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

	Saldos a vencer	Saldos vencidos	Total	
			2021	2020
Concessionárias e permissionárias	2.426	69	2.495	1.983
PCLD	-	(69)	(69)	(69)
Total	2.426	-	2.426	1.914
Circulante			2.426	1.845
Não circulante			-	69

6. DEPÓSITOS JUDICIAIS

São depósitos judiciais referentes a ações de servidão administrativa que seguem seu curso normal no judiciário. Conforme relatório da assessoria jurídica da Centroeste, os depósitos cobrem a totalidade do principal, porém há incidência de juros de 12% ao ano, devidos desde a emissão provisória da posse, e poderão acarretar desembolso pela Companhia, que serão reconhecidos após o término da ação, quando serão apresentados os cálculos para liquidação de sentença.

7. ATIVO CONTRATUAL

De acordo com o CPC 47 – Receita de contrato com o cliente, os ativos vinculados a infraestrutura de concessão de transmissão foram classificados como ativos contratuais a partir de 1º de janeiro de 2018, considerando a obrigação de desempenho durante o período da concessão, representada pela disponibilidade das linhas de transmissão.

Saldo do ativo contratual em 31/12/2019	91.356
Remuneração do ativo contratual	31.450
Realização do ativo contratual	(17.136)
Saldo do ativo contratual em 31/12/2020	105.670
Remuneração do ativo contratual	31.730
Realização do ativo contratual	(21.519)
Saldo do ativo contratual em 31/12/2021	115.881

8. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

A Companhia reconheceu um direito de uso e um passivo de arrendamento para os seguintes contratos que contém arrendamento, nos termos do CPC 06 (R2):

- Arrendamento do edifício utilizado como sede administrativa;

As taxas de desconto foram obtidas tendo como referência a taxa de empréstimo incremental do grupo Cemig. Em 2021, a Companhia revisou a metodologia para estimativa das taxas de desconto, que passou a ser baseada na taxa livre de risco ajustada à realidade do grupo Cemig, visando refletir mais adequadamente o seu risco de crédito e as condições econômicas na data da contratação, conforme segue:

	Taxa anual (%)	Taxa mensal (%)
Adoção inicial		
Até 2 anos	7,96	0,64
De 3 a 5 anos	10,64	0,85
De 6 a 20 anos	13,17	1,04
Contratos celebrados entre 2019 e 2021		
Até 3 anos	6,87	0,56
De 3 a 4 anos	7,33	0,59
De 4 a 20 anos	8,08	0,65

a) Direito de uso

O ativo de direito de uso foi mensurado pelo custo, composto pelo valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento ajustada pelas suas remensurações e amortizado em bases lineares até o término do prazo do arrendamento ou da vida útil do ativo identificado, conforme o caso.

A movimentação do ativo de direito de uso é como segue:

	Imóveis	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	-	-
Adição	76	76
Remensuração	2	2
Amortização	(4)	(4)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	74	74
Remensuração	8	8
Amortização	(3)	(3)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	79	79

b) Passivo de arrendamento

O passivo de arrendamento reconhecido é mensurado pelo valor presente dos pagamentos mínimos exigidos nos contratos, descontados pela taxa de empréstimo incremental do grupo Cemig. O valor contábil do passivo de arrendamentos é remensurado se houver modificações no contrato qualificáveis para tanto.

A movimentação do passivo de arrendamento é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	-
Adição	76
Juros incorridos	8
Arrendamentos pagos	(9)
Juros sobre arrendamentos pagos	(1)
Remensuração	2
Saldo em 31 de dezembro de 2020	76
Juros incorridos	10
Arrendamentos pagos	(10)
Juros sobre arrendamentos pagos	(1)
Remensuração	8
Saldo em 31 de dezembro de 2021	83
Passivo circulante	10
Passivo não circulante	73

9. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	2021	2020
Passivo circulante		
Reserva Global de Reversão - RGR	409	165
Taxa de fiscalização da ANEEL	9	6
Pesquisa Expansão Sistema Energético	10	8
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	20	15
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	82	673
CDE sobre P&D	4	-
	534	867

10. TRIBUTOS

a) Impostos, taxas e contribuições

	2021	2020
Circulante		
Cofins	904	725
PIS/Pasep	196	157
INSS	153	56
Outros	75	22
	1.328	960
Não circulante		
Cofins	2.702	2.539
PIS/Pasep	585	550
	3.287	3.089
TOTAL	4.615	4.049

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

	2021	2020
Não circulante		
Imposto de renda	2.329	1.849
Contribuição social	1.328	1.116
TOTAL	3.657	2.965

11. PROVISÕES PARA RISCOS

A Companhia está envolvida, como impetrante, em litígios relacionados a áreas de servidão para passagem de linhas de transmissão de energia, no montante estimado de R\$4.407 em 31 de dezembro de 2021 (R\$2.899 em 31 de dezembro de 2020).

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital social subscrito e integralizado era de R\$28.000 mil, representado por 28.000.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig Geração e Transmissão S.A. – Cemig GT em 31 de dezembro de 2021, e da Companhia Energética de Minas Gerais S.A – Cemig em 31 de dezembro de 2020.

O controle acionário da Companhia não poderá ser transferido, cedido ou de qualquer forma, alienado, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem a prévia concordância da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

a) Reservas

A composição da conta de reservas de lucros é demonstrada como segue:

Reservas de lucros	2021	2020
Reserva legal	5.600	5.516
Reserva de lucros (Dividendos adicionais propostos)	5.788	4.037
Retenção de lucros	34.685	12.002
Reserva de lucros a realizar	-	1.128
Reserva de lucros a realizar - CPC 47	33.435	46.210
	79.508	68.893

Reserva legal

A constituição da reserva legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A Companhia constituiu R\$84 de reserva legal em 2021 (R\$1.162 em 2020), atingindo o limite de 20% que dispõe a Lei 6.404/76.

Reserva de proposta de distribuição de dividendos adicionais

A Companhia registrou na reserva de lucros o montante de R\$5.788 referentes a dividendos propostos pela administração que excedem a 50% do lucro líquido do exercício, dividendo mínimo previsto no estatuto social, a serem transferidos para o passivo, como dividendos a pagar, após a aprovação da proposta pela Assembleia Geral de Acionistas.

Reserva especial

Nos termos do §5º do artigo 202 da Lei 6.404/1976, a Companhia registrou, em reserva especial, o lucro líquido do exercício excedente ao dividendo mínimo previsto no estatuto social, no montante de R\$8.781, a ser pago como dividendo assim que o permitir a situação financeira da Companhia.

Reserva de lucros a realizar

A Companhia registrou, na reserva de lucros a realizar, valores referentes ao ganho na mensuração do ativo de contrato nos moldes do CPC 47 – Receita de contrato com clientes.

Considerando que a proporção da parcela a ser realizada do ativo de contrato era superior ao valor mantido na reserva de lucros a realizar, a Companhia, até 2020, utilizou-se dessa premissa para que não fosse necessária a realização de tal reserva. No entanto, buscando aprimorar a informação a ser apresentada nas demonstrações financeiras, a Companhia optou, a partir de 2021, por demonstrar a parcela realizada desta reserva.

b) Dividendos

O estatuto social da Companhia determina o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 50% do lucro líquido do exercício, ajustado conforme a lei.

A Diretoria Executiva poderá declarar dividendos intermediários e/ou juros sobre capital próprio, à conta de reserva de lucros acumulados, de reservas de lucros ou de lucros apurados em balanços semestrais ou intermediários.

O cálculo dos dividendos para 2021 e 2020 foi feito conforme abaixo:

	2021	2020
Dividendos obrigatórios		
Resultado do exercício	29.223	28.485
Ajustes de exercícios anteriores	-	(5.246)
Reserva legal	(84)	(1.162)
	29.139	22.077
Dividendo obrigatório – 50%	14.570	11.039
Reserva de retenção de lucros	22.684	5.872
Reserva de lucros a realizar	(13.903)	1.128
Dividendos obrigatórios	14.570	11.039
Dividendos adicionais propostos	5.788	4.038
Total dos dividendos	20.358	15.077

Destinação do resultado de 2021 - Proposta da Administração

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a ser realizada em 2022, que, ao resultado do exercício de 2021, no montante de R\$29.223, seja dada a seguinte destinação:

- R\$84 para constituição de reserva legal;
- R\$8.781 para constituição de reserva especial;
- R\$14.570 para pagamento de dividendos obrigatórios; e,
- R\$5.788 para pagamento de dividendos adicionais propostos.

13. RECEITA

	2021	2020
Remuneração do ativo contratual	31.730	31.450
Receita de operação e manutenção	2.416	2.094
Deduções à receita operacional (a)	(2.315)	(2.161)
Receita operacional líquida	31.831	31.383

(a) Deduções à receita operacional

	2021	2020
PIS/Pasep	222	218
Cofins	1.024	1.006
Reserva Global de Reversão – RGR	759	687
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	89	71
Taxa de Fiscalização Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	89	73
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	88	71
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	44	35
Total das deduções	2.315	2.161

14. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2021	2020
Serviços de terceiros (a)	1.610	1.864
Provisões (reversões)	-	(3.130)
PCLD	69	-
Compartilhamento de infraestrutura	252	224
Outros custos e despesas operacionais	252	75
	2.183	(967)
Custos totais	1.783	(1.741)
Despesa operacional	400	774
TOTAL	2.183	(967)

Em 2020, a Companhia reverteu o valor de R\$3.130 da provisão relativa a servidão. Essa reversão é decorrente da adequação à política de contingência jurídica do grupo.

a) Serviços de terceiros

	2021	2020
Operação e manutenção	1.184	1.143
Gestão ambiental	54	304
Mão de obra contratada	129	-
Outros	243	417
TOTAL	1.610	1.864

15. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2021	2020
Receitas financeiras		
Renda de aplicação financeira	939	696
Outras receitas financeiras	12	2
	951	698
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	(1.645)
Despesas pré-pagamento de empréstimos e financiamentos	-	(434)
Juros passivo de arrendamento	(10)	(8)
Outras despesas financeiras	(15)	(19)
	(25)	(2.106)
Resultado financeiro	926	(1.408)

Em agosto de 2020, a Companhia realizou o pré-pagamento da dívida que possuía junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Com isso, não houve despesa financeira relativa a empréstimos e financiamentos em 2021.

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	2021	
	Imposto de renda	Contribuição social
LUCRO PRESUMIDO		
Receita de transmissão de energia elétrica	23.377	23.377
Percentual de presunção	8%	12%
Base de cálculo antes de outras receitas	1.870	2.805
Receitas financeiras	779	779
Base de cálculo - Lucro presumido	2.649	3.584
Alíquota nominal	15%	9%
IR e CS	397	323
Adicional (10%)	241	-
IR e CS Total	638	323
Ativo de contrato - Longo prazo	10.200	10.200
Percentual de presunção	8%	12%
Base de cálculo	816	1.224
Rendas de aplicações não resgatadas	172	172
Alíquota	25%	9%
IR e CS - Diferidos	247	126
Receita por competência diferida	557	557
Percentual de presunção	8%	12%
Base de cálculo - Lucro presumido	45	67
Alíquota	25%	9%
IR e CS diferido - Receita por competência	11	6
IR e CS – Despesa	896	455
Corrente	638	323
Diferido	258	132
	2020	
	Imposto de renda	Contribuição social
LUCRO PRESUMIDO		
Receita de transmissão de energia elétrica	19.231	19.231
Percentual de presunção	8%	12%
Base de cálculo antes de outras receitas	1.538	2.308
Receitas financeiras	4.223	4.223
Base de cálculo do Lucro Presumido	5.761	6.531
Alíquota nominal	15%	9%
IR e CS	864	588
Adicional (10%)	552	-
IR e CS Total	1.416	588
Ativo de contrato - Longo prazo	14.313	14.313
Percentual de presunção	8%	12%
Base de cálculo	1.145	1.718
Rendas de aplicações não resgatadas	36	36
Alíquota	25%	9%
IR e CS - Diferidos	295	158
IR e CS – Despesa	1.711	746
Corrente	1.416	588
Diferido	295	158

17. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Controlador								
Cemig Geração e Transmissão								
Circulante								
Convênio de compartilhamento (1)	-	-	119	-	-	-	(204)	-
Operação com energia elétrica (2)	-	-	-	-	161	207	(121)	(114)
Prestação de serviços (3)	-	-	61	61	-	-	(749)	(683)
Dividendos	-	-	14.570	11.039	-	-	-	-
Outras partes relacionadas								
Cemig Distribuição								
Circulante								
Operação com energia elétrica (2)	-	-	-	-	1.305	1.525	-	-
Madeira Energia								
Circulante								
Operação com energia elétrica (2)	-	-	-	-	732	397	-	-
Norte Energia								
Circulante								
Operação com energia elétrica (2)	-	-	-	-	996	423	-	-
FIC Pampulha								
Circulante								
Caixa e equivalentes	429	247	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	9.046	4.840	-	-	209	36	-	-
Não circulante								
Títulos e valores mobiliários	1.861	1.088	-	-	-	-	-	-

As condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

- (1) Convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática;
- (2) As operações de venda e compra de energia elétrica entre geradores e distribuidores são realizadas por meio de leilões no ambiente de contratação regulado organizados pelo Governo Federal. No ambiente de contratação livre, por sua vez, são realizadas por meio de leilões ou mediante contratação direta, conforme legislação aplicável. Já as operações de transporte de energia elétrica são realizadas pelas transmissoras e decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional pelo Operador Nacional do Sistema (ONS);
- (3) Refere-se a contrato de prestação de serviço de operação e manutenção de subestações e linhas de transmissão;

Aplicações em fundo de investimento FIC Pampulha

A Companhia aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações do grupo Cemig. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e valores mobiliários” no ativo circulante e não circulante, proporcionalmente à participação da Companhia no fundo, 0,51% em 31 de dezembro de 2021 (0,14% em 31 de dezembro de 2020).

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos totais com o pessoal-chave da administração, composto pela Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 são demonstrados na tabela abaixo:

	2021	2020
Remuneração	8	-
Participação nos resultados	1	-
Total (1)	9	-

- (1) A Companhia não remunera diretamente os membros do pessoal-chave da administração, sendo remunerados pelo acionista controlador. O reembolso dessas despesas é realizado por meio do convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo, anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016.

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nível	2021		2020	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Custo amortizado (1)					
Concessionárias e permissionárias	2	2.426	2.426	1.914	1.914
Títulos e valores mobiliários	2	5.725	5.725	1.986	1.986
Depósitos vinculados	3	389	389	389	389
		8.540	8.540	4.289	4.289
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa - Aplicações financeiras	2	429	429	1.072	1.072
Títulos e valores mobiliários					
Certificados de Depósitos Bancários – CDBs	2	530	530	529	529
Letras Financeiras Bancos - LFs	2	3.712	3.712	2.358	2.358
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	940	940	1.054	1.054
		5.611	5.611	5.013	5.013
		14.151	14.151	9.302	9.302
Passivos					
Custo amortizado (1)					
Fornecedores	2	(115)	(115)	(348)	(348)
Passivo de arrendamentos	2	(83)	(83)	(76)	(76)
		(198)	(198)	(424)	(424)

- (1) Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os saldos contábeis refletem os valores justos dos instrumentos financeiros.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos em 2021 e 2020.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial** - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

b) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos corporativos é uma ferramenta de Gestão Integrante das práticas de Governança Corporativa alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de liquidez

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com dívidas pactuadas, incluindo as atualizações monetárias até as datas de vencimentos contratuais, está apresentado conforme abaixo.

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Passivos financeiros						
Fornecedores	95	-	-	20	-	115
Passivo de arrendamentos	1	2	8	44	208	263
	96	2	8	64	208	378

Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados. A principal fonte de receitas da Companhia advém da operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado – LT Furnas – Pimenta II, 345KV, nos termos do Contrato de Concessão firmado com a União Federal. Portanto, o risco de crédito é considerado baixo.

* * * * *

Thadeu Carneiro da Silva
Diretor-Presidente

Leonardo George de Magalhães
Diretor

Adilson Dias Mattos
Diretor

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria
CRC - MG 47.822

José Guilherme Grigolli Martins
Gerente de Contabilidade Financeira e
Participações
Contador - CRC - 1SP/242451-O4

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os Conselheiros Fiscais da Companhia de Transmissão Centroeste de Minas, infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31-12-2021, bem como os respectivos documentos complementares. Após apresentação feita pela Administração da Companhia e considerando, ainda, o Parecer e os esclarecimentos prestados pelos auditores independentes, os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, opinaram favoravelmente à sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 2022.

Belo Horizonte, 28 de abril de 2022.

Eduardo José de Souza

Nelson Tamietti

Paulo Roberto de Brito Mosqueira

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos

Diretores e Acionistas da

Companhia de Transmissão Centroeste de Minas S.A.

Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia de Transmissão Centroeste de Minas S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Transmissão Centroeste de Minas S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos - auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório, em 26 de abril de 2021, com opinião sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos da auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 28 de abril de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Cláudia Gomes Pinheiro
CRC-1MG089076/O-0